



ANÁLISE DO PPP COMO ELEMENTO FORMATIVO NA ATUAÇÃO DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)

AMORIM, Fabiane Guaraes De ¹
SOUZA, Juciele Mota De ²
SANTOS, Dorilene Dos ³
BARBOSA, Márcia de Fátima Morais ⁴

RESUMO: Este resumo tem como objetivo relatar a experiência de estudo do PPP, buscando compreender como ele contribui para o desenvolvimento das competências necessárias à atuação docente e orienta as práticas pedagógicas para a escola parceira. A metodologia adotada foi o relato de experiência, descrita em três etapas e os resultados são analisados em eixos temáticos: objetivo, missão da escola e diretrizes pedagógicas. Entre os resultados identificados destaca-se que o PPP analisado tem como proposta oferecer ao aluno não apenas acesso ao conhecimento, mas também formação cidadã, estimulando sua atuação crítica e transformadora na sociedade. Considera-se que PPP, enquanto documento orientador, e o PIBID, enquanto espaço de inserção e vivência, constituem pilares complementares para a formação de professores críticos, reflexivos.

PALAVRAS-CHAVE: PPP; Prática pedagógica; Escola.

1 INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico (PPP), de acordo com Veiga (2002) é a expressão prática da identidade da escola, elaborado de forma coletiva e participativa, que orienta tanto as ações pedagógicas quanto administrativas. A autora destaca ainda que o documento é um instrumento que traduz os compromissos da instituição escolar com a comunidade e com a formação cidadã, servindo de guia para melhorar continuamente o ensino e a aprendizagem.

Para Romão e Gadotti (1994) o PPP deve ser compreendido como um instrumento capaz de abrir perspectivas e apontar múltiplas possibilidades. Ele se configura como um processo dinâmico, marcado por questionamentos que surgem

¹ Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista PIBID IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, giezacostam@gmail.com

² Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista PIBID IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, jucielemota20@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia. Pós-Graduada em Transtorno do Espectro Autista. Supervisor PIBID IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, marceladorilene@gmail.com

⁴ Doutora em Educação. Docente do IFRO *Campus* Porto Velho Calama. Coordenadora de área PIBID IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte, marcia.barbosa@ifro.edu.br



das próprias respostas já elaboradas, instigando reflexões sobre qual educação se pretende construir, que tipo de cidadania se deseja formar e para qual modelo de sociedade se almeja avançar.

Guedes; Silva e Garcia (2017) ao analisarem a elaboração desse projeto [o PPP] na perspectiva da educação em direitos humanos, concluem que, para a escola exige que essa perspectiva esteja incorporada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), construído de forma coletiva e participativa. Segundo os autores, o documento orienta princípios, objetivos e ações, legitimados pela pluralidade da comunidade escolar, e promove reflexões sobre o tipo de sociedade e cidadania que se deseja formar. Nesse processo, o PPP torna-se instrumento essencial para articular diversidade, cidadania e direitos humanos, fortalecendo relações no ambiente escolar e consolidando a escola como espaço de cultura, política e formação humana.

Considerando a relevância do PPP para a escola e para a sociedade, pode-se reconhecê-lo como um guia fundamental para o licenciando. Esse documento, ao ser compreendido e analisado, oferece subsídios que orientam sua futura atuação docente, fortalecendo a formação inicial e a prática profissional.

Neste contexto, a problemática instituída para este estudo reside em compreender qual a importância do PPP para formação e atuação docente, considerando a experiência e ações do PIBID desenvolvidas em uma escola de ensino fundamental da rede municipal, situada na zona leste de Porto Velho-RO.

Para isso, o objetivo deste artigo foi relatar a experiência de estudo do PPP, buscando compreender como ele contribui para o desenvolvimento das competências necessárias à atuação docente e orienta as práticas pedagógicas para a escola parceira.

2 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para este estudo foi o relato de experiência, conforme discutido por Mussi, Flores e Almeida (2021), que enfatiza a descrição reflexiva de vivências concretas em contextos educacionais. Para os autores essa metodologia possibilita articular teoria e prática, mostrando como referenciais teóricos se materializam no cotidiano escolar.

As etapas metodológicas envolveram:



I) Leitura e análise do PPP da escola parceira, identificando seus princípios, objetivos e estratégias.

II) Discussão coletiva entre as pibidianas e supervisora, relacionando os elementos do documento às práticas pedagógicas observadas.

III) Vivência prática nas atividades do PIBID, articulando as diretrizes do PPP às ações de ensino desenvolvidas em sala de aula.

Assim, o estudo evidencia que o PPP, além de ser um documento normativo, constitui-se como um instrumento formativo que orienta e fortalece a prática pedagógica dos futuros professores e para apresentar os resultados optamos a partir das seguintes categorias: objetivo, missão da escola e diretrizes pedagógicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com vistas a apresentar e analisar os dados obtidos na experiência em estudo do PPP, passamos a demonstrá-los, a partir das categorias instituídas:

a) Objetivo do PPP

O PPP da escola, campo de atuação das pibidianas, foi elaborado com o intuito de reconstruir uma nova dinâmica pedagógica, para oportunizar ao educando não somente o acesso ao conhecimento, mas objetiva a formação de seus cidadãos, de uma forma que possam atuar e transformar a vida em sociedade. (Erse, PPP, 2019, p. 15 e p. 16).

O projeto é revisado a cada ano por gestores, professores, pessoal de apoio, e comunidade escolar, para coleta de dados. (Erse, PPP, 2019, p. 16).

É considerado ainda a identidade da escola, pois no projeto está todas as ações desenvolvidas e trabalhadas pela escola.

b) Missão da escola

A missão do Instituto Municipal de Educação, é assegurar um ensino de qualidade, dentro de um ambiente criativo, participativo e de igualdade. Contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de agir na transformação da sociedade. Como também cuidar e educar, fortalecendo as relações sociais e o desenvolvimento intelectual, físico, social, emocional e efetivo. (Erse, PPP 2019, p. 39).

É possível evidenciar que o projeto propõe oferecer ao aluno não apenas acesso ao conhecimento, mas também formação cidadã, estimulando sua atuação



crítica e transformadora na sociedade.

c) Diretrizes pedagógicas

A escola oferece Etapa e Modalidade da Educação Básica. Tal como Ensino Fundamental I e Educação Especial de Forma Inclusiva. Ensino Fundamental tem duração de nove anos (Lei Complementar nº 081/98 e Parecer 020/CEB/98 do Conselho Nacional de Educação-CNE), obrigatório e gratuito na escola pública municipal, tem como objetivo a formação básica do cidadão. Conforme consta no Regimento Escolar o ensino fundamental I tem os seguintes princípios:

- I. Éticos; da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito do bem comum, ao meio ambiente e as diferenças culturais;
- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática;
- III. Estético; da sensibilidade, da criatividade, ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (PPP, Erse, 2019, p. 34).

A resolução CNE/CEB 02/2001 determina que; “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Libâneo (2001) ressalta que o PPP é um documento político e pedagógico que orienta a prática escolar e deve ser constantemente revisado para atender às necessidades da comunidade.

Após realização de estudos, com a equipe pedagógica, definiu-se trabalhar valorizando a vivência do aluno, sua fase de desenvolvimento e seu contexto social e familiar. E ainda são lhes garantindo o direito a brincar e ao ritmo de aprendizagem. As atividades são dirigidas, com objetivos de construir em ambiente prazeroso e com qualidade nos serviços educacionais.

Identificou-se nas análises que a proposta para o Ensino fundamental I foi orientado por princípios éticos, políticos e estéticos, além de práticas inclusivas voltadas para alunos com necessidades especiais, em consonância com legislações nacionais e internacionais. Achado que está em consonância com Freire (1996) ao defender a educação como prática de liberdade deve ser baseada no diálogo e na participação ativa da comunidade escolar.

Para construção do Projeto Político Pedagógico do Instituto Municipal Educacional, apresenta como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais. A escola desenvolve atividades, por meio de projetos, que visam a melhoria do ensino



aprendizagem. (Erse, PPP, 2019, p. 31-32):

O Instituto atende os alunos matriculados no ensino fundamental em dois turnos de atuação, atende também o Projeto “Se Liga” e o Programa Mais Educação. O projeto “Se Liga” é uma solução educacional de alfabetização para alunos dos anos iniciais com distorção idade – série que não dominam leitura e escrita, o Programa Mais Educação é a ampliação da jornada escolar e organização curricular da educação integral, atendendo escolas prioritárias. Novo mais educação seria a estratégia para ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, promovendo educação integral e cidadã.(Erse, PPP, 2019, p. 4-5 e p.34).

O Projeto Político-Pedagógico da escola tem validade de um ano, podendo ser ajustado ao longo do período letivo. Durante sua implementação, será constantemente analisado e avaliado, exigindo acompanhamento contínuo de todos os responsáveis pela execução. Os resultados obtidos serão debatidos em reuniões periódicas.

Ao término do ano letivo será feito uma avaliação final de todas as ações desenvolvidas e cujos resultados permitiram a reformulação ou a manutenção do mesmo projeto (Erse, PPP, 2019, p. 40).

O processo de avaliação envolve três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada é a proposição de alternativas de ação, momento de criação coletiva. (Veiga, 1998, p.11).

Entende-se que o PPP foi elaborado e revisado anualmente com a colaboração de gestores, professores, equipe de apoio e comunidade escolar, garantindo que refletisse a identidade da escola e suas práticas. Para Veiga (1998) o PPP deve ser construído coletivamente, envolvendo gestores, professores, alunos e comunidade, como instrumento de reflexão e ação sobre a realidade escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) configura-se como elemento formativo fundamental para os licenciados, pois possibilita compreender a escola em sua dimensão organizacional, social e pedagógica. Ao estudá-lo, os futuros professores desenvolvem competências que lhes permitem articular teoria e prática, refleti criticamente sobre o papel da educação e orientar suas ações de forma consciente e comprometida com a aprendizagem dos alunos.



A experiência vivenciada no âmbito do PIBID, em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Porto Velho-RO, evidencia que o PPP não é apenas um documento normativo, mas um instrumento formativo que orienta projetos, metas e práticas pedagógicas. Nesse processo, os licenciando têm contato direto com a realidade escolar, participam de discussões coletivas e percebem como o PPP se materializa em ações concretas, favorecendo a construção de sua identidade docente.

Conclui-se, portanto, que o PPP, aliado às práticas proporcionadas pelo PIBID, orienta a organização da escola e, simultaneamente, constitui-se em recurso formativo para os licenciando. Essa articulação fortalece a formação inicial, promove o desenvolvimento de competências essenciais à atuação docente e contribui para a consolidação de uma prática pedagógica crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Porto Velho Zona Norte (IFRO) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

REFERÊNCIAS

ERSE, Instituto Municipal de Educação Engenheiro Francisco. Projeto PolíticoPedagógico. Porto Velho: Escola Municipal Porto Velho, Rondônia, 2019.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania, 2002. Disponível em: <https://gadotti.org.br/handle/123456789/457> Acesso em: 15 abr. 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos e princípios. São Paulo: Cortez, 1994.



GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Angela Maria Ferreira da; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. Ver. Bras. Estud. Pedagog. Sep Dec 2017 Disponível em <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2991> Acesso em 31 mar. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia críticosocial dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010> Acesso em 06 abr. 2026.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. P.11-35.